

TERMO DE CONTRATO SF 06/2025

Processo deste contrato	6017.2025/0015054-9
Pregão eletrônico	004/2023-COBES
Processo de licitação	6013.2022/0005259-0
Ata de Registro de Preços	003/SEGES-COBES/2023
Processo da ARP	6013.2023/0002807-1
Objeto	Fornecimento de papel sulfite A4, formato 297 x 210 mm, gramatura 75 g/m ² , com certificação ambiental
Contratante	Prefeitura do Município de São Paulo – Secretaria Municipal da Fazenda
Contratada	Info-Sig Comércio de Suprimentos de Informática Ltda.
CNPJ da Contratada	23.442.506/0001-56
Valor total do contrato	R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).
Dotação	17.10.04.122.3024.2.100.3.3.90.30.00.00.1.500.9001.0.
Nota de empenho	54.545/2025

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, por intermédio da Secretaria Municipal da Fazenda, neste ato representada por seu Coordenador de Administração, Senhor Danilo Hatsumura, adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **INFO-SIG COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 23.442.506/0001-56, situada na Alameda Inajá, 100, Galpão 07, Sala 02 - Tamboré, Barueri - SP, CEP 06.460-055, telefone (11) 3649-3090, aqui representada por sua representante legal, Senhora Bianca Aparecida Sant'Ana Silva, portadora da Cédula de Identidade RG nº [REDACTED], e inscrita no CPF nº [REDACTED], adiante designada simplesmente **CONTRATADA**, nos termos da Lei Municipal nº 13.278/2002, regulamentada pelo Decreto nº 44.279/2003, da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas complementares e em conformidade com o despacho de documento SEI 124350314, publicado no DOC de 25/04/2025, do processo SEI nº 6017.2025/0015054-9, formalizam o presente instrumento, conforme segue:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto deste contrato é o fornecimento de 1.000 (mil) resmas de papel sulfite **A4**, formato 297 x 210 mm, gramatura 75 g/m², com certificação ambiental, cujas características e especificações técnicas encontram-se descritas no Anexo I - Termo de Referência do edital do pregão que precedeu este ajuste.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL DE ENTREGA

2.1 O objeto deste contrato deverá ser fornecido pela CONTRATADA, no seguintes endereço:

Endereço	Quantidade (resma)
Rua Líbero Badaró, nº 190 – Centro, São Paulo/SP – CEP 01.008-000	1.000

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO REAJUSTE

4.1 O valor do presente Contrato é de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

Item	Objeto	Código do material	Quant.	Unid.	Preço unitário	Valor total
2	Descrição: Papel sulfite A4 , formato 297 x 210 mm, gramatura 75 g/m ² , com certificação ambiental Marca: ChameX Fabricante: Sylvamo do Brasil Ltda. Procedência: Nacional	51.051.001.003.0017-3	1.000	Resma	R\$22,00	R\$ 22.000,00

4.2 As despesas para a execução do objeto do presente contrato onerarão a dotação orçamentária nº 17.10.04.122.3024.2.100.3.3.90.30.00.00.1.500.9001.0, do orçamento vigente, através da Nota de Empenho nº 54.545/2025, no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

4.3 Os preços contratuais serão reajustados, observada a **periodicidade anual** que terá como termo inicial a data de apresentação da proposta, nos termos previstos no Decreto Municipal nº 48.971/07, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.

4.3.1 A(s) proposta(s) comercial(is) são referenciadas ao mês de **maio/2023**.

4.3.2 O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor - IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, nos termos da Portaria SF nº 389, de 18 de dezembro de 2017, editada pela Secretaria Municipal de Fazenda.

4.3.2.1 O índice previsto no item 4.3.2 poderá ser substituído por meio de Decreto ou Portaria da Secretaria Municipal da Fazenda e será automaticamente aplicado a este contrato, independentemente da formalização de termo aditivo ao ajuste.

4.3.2.2 Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado na cláusula 4.3.2 não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.3.3 Fica vedado qualquer novo reajuste pelo prazo de 1 (um) ano.

4.4 Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

4.5 A CONTRATADA poderá solicitar a revisão de preços nos termos do 8.4.2 da Ata de Registro de Preços que precedeu este ajuste e nele consta como anexo.

4.6 As hipóteses excepcionais serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.7 Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais e/ou municipais que as autorizem.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 São obrigações da CONTRATADA:

- a)** atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do Termo de Contrato, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência;
- b)** comunicar à CONTRATANTE toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sem prejuízo de comunicação ao ÓRGÃO GERENCIADOR;
- c)** manter, durante o prazo de vigência do presente Termo de Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que precedeu este ajuste;
- d)** manter durante toda a duração do Termo de Contrato, o padrão de qualidade e as especificações técnicas contidas no **Anexo I - Termo de Referência** do edital do pregão que precedeu este ajuste, peça integrante do presente contrato;
- e)** comparecer, sempre que solicitada, à sede da unidade requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações;
- f)** prestar informações relacionadas à prestação do serviço sempre que solicitado no prazo de 3 dias úteis;
- g)** responsabilizar-se por todos os prejuízos que porventura à unidade contratante ou a terceiros, em razão da execução dos fornecimentos decorrentes do presente Termo de Contrato.

5.2 A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 São obrigações da CONTRATANTE:

- a)** promover o acompanhamento do presente Contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- b)** proporcionar todas as condições necessárias à boa execução do Contrato, comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;
- c)** prestar todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitado pela Contratada, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- d)** exercer a fiscalização do Contrato, indicando, formalmente, o fiscal para acompanhamento da execução contratual;
- e)** atestar a execução e a qualidade do fornecimento, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a nota fiscal ou fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;
- f)** efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido na Cláusula Oitava do presente Contrato;
- g)** encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

h) informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR quando a CONTRATADA não atender as condições no contrato, bem como sobre as penalidades aplicadas.

6.2 Além das obrigações acima mencionadas, a Contratante será responsável por fiscalizar todas as exigências e obrigações relacionadas nas Especificações Técnicas do Objeto, **Anexo I - Termo de Referência** do edital que precedeu este ajuste.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 O prazo de entrega será de, **no máximo 10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento de cada Ordem de Fornecimento.

7.2 O objeto da contratação será recebido pela CONTRATANTE, nos termos do artigo 73, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como do Decreto Municipal nº 54.873/2014 e Portaria nº 065/2017-SMG, de 10 de junho de 2017.

7.2.1 A entrega do objeto na unidade requisitante será acompanhada dos seguintes documentos

a) nota fiscal ou nota fiscal fatura;

b) cópia reprográfica da Nota de Empenho.

7.2.2 Se durante a atividade de fiscalização o fiscal verificar elementos indicadores de irregularidades ou vícios de qualidade, bem como disparidades com as especificações estabelecidas para produto, poderá, a qualquer momento, submetê-lo à análise laboratorial, às custas da empresa contratada, conforme o caso.

7.3 O material será devolvido na hipótese de apresentar irregularidades, não corresponder às especificações da Ata de Registro de Preços ou estar fora dos padrões determinados, devendo ser substituído pela empresa Contratada no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação, sob pena de aplicação das penalidades previstas no subitem 10.2.4 da Cláusula Décima.

7.4 A marca do material entregue deverá estar indicada no próprio produto ou em sua embalagem. Materiais sem identificação serão rejeitados quando da sua entrega.

7.5 O descarregamento do material ficará a cargo da CONTRATADA, devendo por esta ser providenciada a mão de obra necessária.

7.6 O recebimento do material pelo órgão requisitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as Especificações Técnicas do Objeto, **Anexo I - Termo de Referência** do edital que precedeu este ajuste, verificadas posteriormente, garantindo-se ao órgão requisitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal n.º 8.078/1990.

7.7 Somente serão analisados pela Administração os pedidos de prorrogação do prazo de entrega de materiais que se apresentarem com as condições seguintes:

a) até a data final prevista para a entrega; e

b) instruídos com as justificativas e respectiva comprovação.

7.8 Os pedidos instruídos em condições diversas das previstas no subitem anterior serão indeferidos de pronto.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 Os pagamentos serão efetuados em conformidade com os fornecimentos, mediante apresentação dos documentos arrolados no item 7.2.1.

8.1.1 Na hipótese de existir Nota de retificação e/ou Nota suplementar de Empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.

8.2 O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento do objeto.

8.2.1 Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

8.2.2 Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012.

8.2.3 Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item acima, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% "pro-rata tempore"), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

8.2.4 O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela Contratada.

8.3 O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no BANCO DO BRASIL S.A. conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no D.O.C. de 22 de janeiro de 2010.

8.4 Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal da Fazenda, quanto às normas referentes a pagamento dos fornecedores.

CLÁUSULA NONA - DA REVISÃO, DAS ALTERAÇÕES E DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 O presente contrato poderá ser revisado a qualquer momento, em prol de um melhor atendimento ao interesse público.

9.2 O presente ajuste poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, por acordo entre as partes, desde que não implique na mudança do seu objeto.

9.3 À CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos deste.

9.3.1 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços:

a) ocorrendo a redução do Contrato, a CONTRATANTE comunicará ao ÓRGÃO GERENCIADOR, para anotação da redução realizada;

b) para acréscimo do quantitativo, a CONTRATANTE deverá obter prévia anuência do ÓRGÃO GERENCIADOR, o qual analisará os quantitativos registrados para a CONTRATANTE e eventual sobra para aquisições adicionais.

9.4 Constituem motivo para rescisão deste Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, aqueles previstos no artigo 78 ao 80 da Lei Federal nº 8.666/1993 acarretando, na hipótese de rescisão administrativa, as consequências indicadas naqueles artigos da lei.

9.5 Na rescisão por culpa da Contratada, aplicar-se-á a penalidade de multa prevista no subitem 10.2.3 deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 A CONTRATADA em razão de descumprimento aos termos deste contrato e da Ata de Registro de Preço que lhe deu origem, com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, observando-se os procedimentos contidos no Capítulo X do Decreto Municipal nº 44.279/03, ficarão sujeitas às seguintes sanções administrativas:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a dois anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

e) impedimento de licitar e contratar com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e descredenciamento nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

10.2 Os tipos de sanções administrativas e as hipóteses em que a CONTRATADA estará sujeita a sua aplicação são as seguintes:

10.2.1 Multa por atraso na entrega do objeto: 4% (quatro por cento) sobre a quantidade que deveria ser executada, por dia de atraso.

10.2.2 Ocorrendo atraso superior a 5 (cinco) dias, a CONTRATANTE poderá, a seu critério, recusar o recebimento dos materiais, aplicando as sanções referentes à inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso.

10.2.3 Multa por inexecução parcial do ajuste: 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato.

10.2.4 Multa por inexecução total do ajuste: 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor do contrato, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicar-se a pena de impedimento do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

10.2.5 Caso se constatem problemas técnicos relacionados ao objeto entregue, a CONTRATADA deverá substituí-lo, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação de multa de 4% (quatro por cento) ao dia útil sobre o valor da parcela entregue irregularmente, até o quinto dia, após o qual será aplicada a multa prevista no subitem 10.2.3, podendo ser aplicada cumulativamente a pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos, pelo disposto no artigo 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.2.6 Multa de 5% (cinco por cento), sobre o valor do contrato, por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstos nos subitens acima.

10.3 As sanções administrativas são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

10.4 Será competente para deliberar sobre a aplicação da sanção administrativa, durante a vigência da Ata de Registro de Preços:

10.4.1 O ÓRGÃO GERENCIADOR, quanto às sanções administrativas indicadas nas alíneas “c” e “e”, do item 10.1, cumuladas ou não com a sanção administrativa de multa.

10.4.2 O(A) Secretário(a) Municipal de Gestão, quanto à sanção administrativa indicada na alínea “d”, do item 10.1, cumulada ou não com a sanção administrativa de multa, por recomendação do ÓRGÃO GERENCIADOR ou da unidade contratante, neste último caso com prévia manifestação do ÓRGÃO GERENCIADOR.

10.4.3 As unidades contratantes, quanto às sanções administrativas indicadas nas alíneas “a” e “b”.

10.4.3.1 Nas hipóteses de possibilidade de cumulação das sanções administrativas de multa com a de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos, impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de

até 5 (cinco) anos ou a de declaração de inidoneidade, caberá à unidade contratante avaliar a conveniência e a oportunidade da aplicação simultânea.

10.4.3.2 Entendendo a CONTRATANTE pela aplicação isolada da sanção administrativa de multa, caberá a esta dar andamento ao procedimento, concedendo prazo para defesa prévia à CONTRATADA, culminando com a decisão.

10.4.3.3 Entendendo a CONTRATANTE pela aplicação cumulativa das sanções administrativas, encaminhará o feito ao ÓRGÃO GERENCIADOR, com as informações necessárias para demonstrar a infração cometida.

10.4.3.4 Na hipótese do item 10.4.3.3, o ÓRGÃO GERENCIADOR dará andamento ao procedimento, concedendo prazo para defesa prévia à empresa contratada, podendo decidir pela aplicação conjunta das sanções administrativas ou apenas da de multa, informando a unidade contratante ao final.

10.5 Expirado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, ou nos casos de cancelamento ou rescisão, a competência de análise e aplicação de todas as penalidades cabíveis são concentradas diretamente na CONTRATANTE.

10.6 O prazo para pagamento das multas será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada.

10.7.1 A critério da CONTRATANTE, conforme o caso, e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da Prefeitura do Município de São Paulo ou por intermédio da retenção de créditos decorrentes do contrato até os limites do valor apurado, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 55 do Decreto Municipal nº 44.279/2003.

10.7.2 Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo judicial de execução.

10.7.3 As penalidades deverão ser registradas no Módulo de Apenações do Sistema Integrado de Gestão de Suprimentos e Serviços (SIGSS), no endereço http://web22.prodiam/SJ1015_SIGSS/, conforme Portaria Intersecretarial 01/2015-SEMP/SAF.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 A fiscalização do contrato será exercida por intermédio de servidor oportunamente designado para tal finalidade, a quem competirá observar as atividades e os procedimentos necessários ao exercício das atribuições de fiscalização estabelecidas no Decreto Municipal nº 54.873/2014.

11.2 A fiscalização dos serviços pelo Contratante não exime nem diminui a completa responsabilidade da Contratada por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos pelo item 10.2.2 do edital.

12.1.1 Serão aceitas como prova de regularidade certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

12.2 A CONTRATADA comprovou que não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal, bem como a ausência de apontamento junto ao CEIS (União), ao e-Sanções (Estado de São Paulo) e ao Cadastro de Empresas Apendas do Município de São Paulo, bem como a ausência de apontamentos junto aos cadastros indicados na Instrução Normativa 2/2019-TCM, relacionados no item 10.5, letras "a" até "g" do edital do Pregão Eletrônico 04/2023-COBES.

12.3 Todas as comunicações, notificações, avisos ou pedidos, à CONTRATADA, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos ao(s) seguinte(s) endereço(s) eletrônico(s) (e-mail):

CONTRATADA: licitacoes@infosinformatica.com.br

12.3.1 As publicações no Diário Oficial somente ocorrerão nos casos exigidos pela legislação.

12.4 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

12.5 É peça integrante do Contrato a Ata de Registro de Preços 003/SEGES-COBES/2023, na qual constam as demais condições exigidas, conforme disposto no artigo 66 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/1993, com nova redação dada pela Lei nº 8.883/1994.

12.6 Este Contrato observa a Lei Municipal nº 13.278/2002, as Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e demais normas pertinentes.

12.7 Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

12.8 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem,

qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

12.9 As partes elegem o Foro da Comarca da Capital de São Paulo como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes deste ajuste, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, foi lavrado este instrumento que, após lido, conferido e achado conforme vai assinado digitalmente pelas partes e 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, datado e assinado digitalmente.

DANILO
HATSUMURA: [REDACTED]
[REDACTED]

Assinado de forma digital por
DANILO
HATSUMURA: [REDACTED]
Dados: 2025.05.12 11:22:43
-03'00'

DANILO HATSUMURA
Coordenador de Administração
Secretaria Municipal da Fazenda
CONTRATANTE

BIANCA APARECIDA
SANT ANA
SILVA: [REDACTED]

Assinado de forma digital por
BIANCA APARECIDA SANT ANA
SILVA: [REDACTED]
Dados: 2025.05.08 16:52:17 -03'00'

INFO-SIG COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA..
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Marcelo
Tadeu Ribeiro

Assinado de forma digital
por Marcelo Tadeu Ribeiro
Dados: 2025.05.08 17:07:28
-03'00'

Nome
CPF

Fabiola Alves
Da Cunha Cruz

Assinado de forma digital
por Fabiola Alves Da
Cunha Cruz
Dados: 2025.05.09 10:30:55
-03'00'

Nome
CPF



PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 04/2023-COBES

PROCESSO: 6013.2022/0005259-0

TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE PAPEL SULFITE A4 COM CERTIFICADO AMBIENTAL À PMS, conforme Termo de Referência do Anexo I deste Edital.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. Aquisição de **PAPEL SULFITE A4, formato 297 x 210 mm, gramatura 75 g/m², com certificação ambiental**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O objeto a ser adquirido nesse processo enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que tratam a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 10.024/2019, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.
- 1.3. O ordenamento das propostas será pelo tipo MENOR PREÇO ITEM, que se constituirá no critério de seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras de modo geral e para contratação e bens e serviços.
- 1.4. As práticas ou critérios de sustentabilidade serão adotados nessa contratação por conta de legislação municipal Lei nº 15.464 de 11/10/2011.
- 1.5. Estimativa de consumo levantada junto às unidades:

Qtde.	Unidades	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
259.313	Resmas com 500 folhas	PAPEL SULFITE A4, formato 297 x 210 mm, gramatura 75 g/m ² , com certificação ambiental. <i>Resmas com 500 folhas, cada unidade.</i>	R\$ XXX	R\$ XXXX

Obs.: Os quantitativos por unidade encontram-se no Anexo I.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1. REQUISITOS GERAIS

2.1.1. DESCRIÇÃO/MATÉRIA-PRIMA: Papel para cópias, impressões a jato de tinta e laser, tamanho A4, com superfície e massa homogênea, fibras longitudinais, espessura uniforme, elevado teor de alvura e, baixo índice de deformação devido ao calor.

O papel deverá possuir certificação que comprove que a madeira utilizada na sua fabricação é oriunda de plano de manejo florestal sustentável devidamente aprovado pelo órgão ambiental competente, conforme legislação municipal Lei nº 15.464 de 11/10/2011.

2.1.2. EMBALAGEM: Deverá ser acondicionado em pacotes com 500 (quinhentas) folhas e reembalados em caixa de papelão com até 10 resmas, onde deverá constar: quantidade e/ou peso líquido, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor.

2.2. REQUISITOS ESPECÍFICOS

2.2.1. CARACTERÍSTICAS GEOMÉTRICAS

Largura	297 mm (- 1 mm; + 2 mm)
Comprimento	210 mm (- 1 mm; + 2 mm)

2.2.2. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

GRAMATURA G/M ²	TOLERÂNCIA	COR
75	± 4%	Branco

2.3. AMOSTRA

2.3.1. Deverá ser apresentada, no mínimo, 01 (uma) resma em sua embalagem original, para verificação dos requisitos.

2.3.2. A PMSP se reserva o direito de exigir apresentação de uma amostra da caixa de papelão utilizada no acondicionamento do produto.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. Conforme previsto Decreto Municipal nº 56.144/2015, Art. 2º, Sistema de Registro de Preços (SRP) é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras. Ata de Registro de Preços é o instrumento de caráter obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação por parte do Detentor da Ata, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

3.2. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado para o fornecimento de materiais em geral e a prestação de quaisquer serviços, desde que, em ambos os casos, sejam habituais ou rotineiros, nas seguintes hipóteses do Art. 3º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

3.3. Já o Art. 4º do Decreto Municipal Nº 56.144 (de 1 de Junho de 2015), as seguintes competências são conferidas à Secretaria Municipal de Gestão para:

I - realizar o registro de preços para as compras e serviços comuns a todos os órgãos e entidades municipais;

II - estabelecer, por portaria, os bens e serviços comuns que serão objeto de registro de preços por ela gerenciado;



III - autorizar, mediante solicitação, que a contratação de serviços ou a aquisição de bens comuns seja licitada por órgão ou entidade diretamente interessado.

3.4. Na cesta de itens de competência da SEGES definidos na Portaria SMG 126, consta que o seguinte:

Art. 2º São bens e serviços comuns para fins de Centralização do Sistema de Registro de Preços:

I - Os seguintes bens:

- a) açúcar refinado amorfo/microcristalino;*
- b) café torrado e moído;*
- c) capa para processo (papel e plástico transparente);*
- d) copo plástico descartável para água;*
- e) copo plástico descartável para café;*
- f) **papel sulfite A4 (branco e reciclável);***
- g) mobiliário padrão;*
- h) papel toalha (rolo e interfolhado);*
- i) papel higiênico (30 metros).*

3.5. Dessa forma, resta informar que o mesmo cumpre os requisitos para prosseguimento com base no Art. 2º da Portaria SMG nº 126, além de estar respaldado nas competências dessa Secretaria Municipal de Gestão (SEGES), nos termos do Art. 4º do Decreto Municipal Nº 56.144 (de 1 de Junho de 2015) e em plena consonância com o regimento federal relativo ao Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 3º do Decreto nº 7.892, de 2013.

3.6. A aquisição do bem elencado atenderá às necessidades das unidades da PMSP, uma vez que se trata de material essencial para a realização das tarefas cotidianas das unidades requerentes.

3.7. Considerando as demandas das unidades pelo objeto aqui contido e as atribuições da Coordenadoria de Gestão de Bens e Serviços (COBES), unidade vinculada à Secretaria Municipal de Gestão (SEGES), de acordo com do Decreto nº 61.041, de 8



de fevereiro de 2022, faz-se necessária à viabilização de processo licitatório para a aquisição de PAPEL SULFITE A4, formato 297 x 210 mm, gramatura 75 g/m², com certificação ambiental, imprescindíveis ao bom funcionamento das unidades públicas e ao desenvolvimento de suas atividades.

4. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 4.1. Os objetos deverão ser entregues em conformidade com o exigido neste Termo de Referência, no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da Nota de Empenho em endereço a ser determinado pela contratante.
- 4.2. Em caso de recusa do material, por não atendimento às especificações ou defeito de fabricação, a contratada deverá substituir o(s) item(ns) não conforme(s) em até 5 dias corridos, a contar do aviso de rejeição.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.
- 5.2. Permitir o acesso dos colaboradores da contratada às suas dependências para a entrega dos materiais/serviços, proporcionando todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas.
- 5.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada.
- 5.4. Comunicar à contratada quaisquer irregularidades ou falhas na execução do objeto deste Termo de Referência, determinando o que for necessário à sua regularização, para que seja substituído.
- 5.5. Prestar à contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do objeto.
- 5.6. Impedir que terceiros executem o objeto deste Termo de Referência.

- 5.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, por meio de servidor designado legalmente como Representante da Administração, que atestará as Notas Fiscais, para fins de pagamento.
- 5.8. Efetuar o pagamento devido pela execução do objeto, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.
- 5.9. Verificar, antes do pagamento, a manutenção das condições de habilitação da contratada.
- 5.10. Aplicar, à contratada, as penalidades contratuais e regulamentares, quando cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos e em sua proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, na qual constarão as indicações referentes a quantidades e valores.
- 6.2. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto deste Termo de Referência, promovendo a substituição do mesmo, no prazo estabelecido pela fiscalização, sempre que verificada a sua desconformidade à época da entrega.
- 6.3. Orientar e instruir seus colaboradores quanto à necessidade de acatar as normas internas da Contratante.
- 6.4. Comunicar à Contratante qualquer anormalidade que vier a ocorrer na entrega do objeto e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 6.5. Responsabilizar se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 6.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.7. Manter durante a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 6.8. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.



6.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto contratado.

6.10. Apresentar a Nota Fiscal nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

7. CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão efetuados pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela Contratada;

- a. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.2. Os pagamentos estarão condicionados à entrega dos materiais, de acordo com as especificações técnicas constantes nas descrições dos itens deste Termo de Referência e na proposta da Contratada.

7.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos materiais entregues.

7.4. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar se dá após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.5. Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta às certidões negativas para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação.

7.6. Quando do pagamento, serão realizadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

7.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- 8.1. A contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Contratante, que anotará em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Termo de Referência, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 8.2. A verificação da adequação execução do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência e na proposta.
- 8.3. O fiscal responsável pelo acompanhamento da contratação, após verificação da sua conformidade com o que foi pactuado neste Termo de Referência, efetuará o “atesto” da Nota Fiscal, instruirá o processo para pagamento e o encaminhará à área responsável.
- 8.4. A fiscalização a que este item se trata não exclui ou reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.
- 8.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

9. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 9.1. Por ocasião do recebimento deverão ser observados os critérios estabelecidos na Portaria 065/SMG/2017 de 10/06/2017.
- 9.2. O objeto desta contratação será recebido das seguintes formas:
 - a. **Provisória:** mediante recibo, imediatamente depois de efetuada a entrega, para posterior verificação da sua conformidade com a especificação;
 - b. **Definitiva:** mediante recibo, em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais



(qualidade e/ou quantidade do material, entre outros), ocasião em que se fará constar o atestado na própria Nota Fiscal.

- 9.3. Os produtos/serviços entregues em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a contratada será obrigada a substituí-los, às suas expensas, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de recebimento da notificação.
- 9.4. Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.
- 9.5. Independentemente da aceitação, a contratada garantirá a qualidade de cada unidade do produto/serviço fornecido, e estará obrigada a substituir aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo contratante.
- 9.6. A nota de empenho substitui o instrumento de contrato, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93, e a adjudicatária passa à condição de contratada após recebê-la. Desse modo, deve observar as obrigações assumidas, sujeitando-se às sanções previstas neste Termo de Referência.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
 - a. Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - b. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - d. Comportar-se de modo inidôneo;
 - e. Cometer fraude fiscal.
- 10.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:
 - a. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

- b. Multa;
- c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- d. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da PMSP pelo prazo de até cinco anos;
- e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

10.3. As sanções previstas poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com a tabela abaixo:

Item	Descrição	Grau	Correspondência
1	Não cumprir qualquer condição fixada no Termo de Referência e não abrangida nos demais itens, que seja relevante para o objeto contratado.	1	1% do valor total do contrato por ocorrência
2	Atrasar a entrega do bem ou o início da prestação dos serviços.	2	1% do valor total do contrato
3	Demorar a substituir o material rejeitado, a contar do 10º (décimo) dia da data da notificação.	3	2% do valor total do contrato
4	Recusar-se a substituir o material rejeitado em até 10 (dez) dias após a notificação.	4	5% do valor total do contrato por ocorrência
5	Recusar-se a efetuar o fornecimento do bem em até 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado para entrega.	5	10% do valor total do contrato por ocorrência
6	Não cumprir qualquer condição fixada no Termo de Referência e não abrangida nos itens supracitados e caracterizada como grave	5	10% do valor total do contrato por ocorrência

10.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- a. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



- c. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 10.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da PMSP, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da PMSP e cobrados judicialmente.
- 10.8. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o órgão poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 10.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

ANEXO I/A – DESCRITIVO DA ESTIMATIVA DE DEMANDA ANUAL POR UNIDADE

#	PARTICIPANTES	QUANTIDADE ANUAL
1	CMSP - Câmara Municipal de São Paulo	2000
2	FTMSP - Fundação Theatro Municipal de São Paulo	28
3	FUNDATEC - Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	110
4	IPREM - Instituto de Previdência Municipal	144
5	PGM - Procuradoria Geral do Município	10
6	SEGES - Secretaria Municipal de Gestão	650
7	SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação	6
8	SEME - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	600
9	SF - Secretaria Municipal da Fazenda	1000
10	SFMSP - Serviço Funerário do Município de São Paulo	7308
11	SGM - Secretaria de Governo Municipal	30
12	SIURB - Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras	1088
13	SME DRE BT - Diretoria Regional de Educação Butantã	4771
14	SME DRE G - Diretoria Regional de Educação Guaianases	5136
15	SME DRE IQ - Diretoria Regional de Educação Itaquera	9600
16	SME DRE JT - Diretoria Regional de Educação Jaçanã/Tremembé	14760
17	SME DRE MP - Diretoria Regional de Educação São Miguel Paulista	6883
18	SME DRE PE - Diretoria Regional de Educação Penha	15000
19	SME DRE PJ - Diretoria Regional de Educação Pirituba/Jaraguá	2400
20	SME DRE SA - Diretoria Regional de Educação Santo Amaro	6996
21	SME DRE SM - Diretoria Regional de Educação São Mateus	1250
22	SMPED - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	10
23	SMS - Secretaria Municipal de Saúde (SMS + EMS' + SAMU)	77364
24	SMS COVISA - Coordenação de Vigilância em Saúde	90
25	SMS CRS Centro - Coordenadoria Regional de Saúde Centro	396
26	SMS CRS Leste - Coordenadoria Regional de Saúde Leste	6600
27	SMS CRS Norte - Coordenadoria Regional de Saúde Norte	21000
28	SMS CRS Oeste - Coordenadoria Regional de Saúde Oeste	2000
29	SMS CRS Sudeste - Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste	60000
30	SMSUB - Secretaria Municipal das Subprefeituras	10
31	SMT - Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes	120
32	SMTUR - Secretaria Municipal de Turismo	60
33	SP Parcerias - São Paulo Parcerias	10
34	SP Trans - São Paulo Transporte	3000
35	SP Turis - São Paulo Turismo	350
36	SP Urb - São Paulo Urbanismo	250
37	SUB AD - Subprefeitura Cidade Ademar	10
38	SUB BT - Subprefeitura Butantã	400

39	SUB CL - Subprefeitura Campo Limpo	800
40	SUB CT- Subprefeitura de Cidade Tiradentes	180
41	SUB CV - Subprefeitura Casa Verde	120
42	SUB FB - Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	298
43	SUB G - Subprefeitura Guaianases	420
44	SUB IP - Subprefeitura Ipiranga	350
45	SUB IQ - Subprefeitura Itaquera	60
46	SUB IT - Subprefeitura Itaim Paulista	399
47	SUB MB - Subprefeitura M'Boi Mirim	340
48	SUB MO - Subprefeitura da Mooca	10
49	SUB PA - Subprefeitura Parelheiros	10
50	SUB PE - Subprefeitura Penha	10
51	SUB PI - Subprefeitura Pinheiros	10
52	SUB PJ - Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	10
53	SUB PR - Subprefeitura Perus	180
54	SUB SA - Subprefeitura Santo Amaro	756
55	SUB SB - Subprefeitura Sapopemba	300
56	SUB VM - Subprefeitura Vila Mariana	10
57	SUB VP - Subprefeitura Vila Prudente	10
58	SVMA - Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente	3600

ANEXO I/B – ENDEREÇOS PARA ENTREGA DAS UNIDADES

#	PARTICIPANTES	ENDEREÇOS
1	CMSP - Câmara Municipal de São Paulo	Rua Santo Antônio, 211, Sala 1S09, Bela Vista, São Paulo/SP - CEP: 01314-000
2	FTMSP - Fundação Theatro Municipal de São Paulo	Rua Conselheiro Crispiniano, 378, Praça das Artes, República, São Paulo/SP - CEP: 01037-000
3	FUNDATEC - Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	Avenida São João, 473 - 6º andar - Centro Histórico de São Paulo, São Paulo/SP - CEP: 01035-000
3	FUNDATEC - Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	Avenida dos Metalúrgicos, 1945 - Cidade Tiradentes, São Paulo/SP - CEP: 08471-000
3	FUNDATEC - Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	Rua Inácio Monteiro, 6900 - Conj. Hab. Sitio Conceicao, São Paulo/SP - CEP: 08490-000
4	IPREM - Instituto de Previdência Municipal	Av. Zaki Narchi, 536 - Carandiru, São Paulo/SP - CEP: 02029-000
4	IPREM - Instituto de Previdência Municipal	Rua Líbero Badaró, 425 - Centro Histórico de São Paulo, São Paulo/SP - CEP: 01009-000
4	IPREM - Instituto de Previdência Municipal	Rua Líbero Badaró, 190 - Centro Histórico de São Paulo, São Paulo/SP - CEP: 01009-000
5	PGM - Procuradoria Geral do Município	Rua Líbero Badaró, 425 - Centro Histórico de São Paulo, São Paulo/SP - CEP: 01009-000
6	SEGES - Secretaria Municipal de Gestão	Rua Boa Vista, 280 - Centro Histórico de São Paulo, São Paulo/SP - CEP: 01014-908 (7º andar intermediário)
7	SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação	Rua Libero Badaró, 504 - 25º andar - Sala 252 - Centro - SP - CEP: 01008-906
8	SEME - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	Rua Pedro de Toledo, 1651, - Bairro Vila Clementino - São Paulo/SP - CEP 04039-034
9	SF - Secretaria Municipal da Fazenda	Praça do Patriarca, 59, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01002-010
10	SFMS - Serviço Funerário do Município de São Paulo	Rua João Ventura Batista, 884, - Bairro Vila Guilherme - São Paulo/SP - CEP 01501-020
11	SGM - Secretaria de Governo Municipal	Vale do Anhangabaú, 128 - Centro, São Paulo/SP - CEP: 01007-040
12	SIURB - Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras	Rua Quinze de novembro, 165, 5º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01013-001
13	SME DRE BT - Diretoria Regional de Educação Butantã	Rua Azém Abdalla Azém, 654, - Bairro Jardim Bonfiglioli - São Paulo/SP - CEP 05593-090
14	SME DRE G - Diretoria Regional de Educação Guaianases	Rua Serra do Mar, 90 - Vila Princesa Isabel - São Paulo - CEP: 08410-160
15	SME DRE IQ - Diretoria Regional de Educação Itaquera	Av. Itaquera, 241, (altura do 1390 da Av. Líder) - Bairro Cidade Líder - São Paulo/SP - CEP 08285-060
16	SME DRE JT - Diretoria	Rua Soldado Anésio Antão Ferreira, 115, - Bairro Jardim Japão - São

	Regional de Educação Jaçanã/Tremembé	Paulo/SP - CEP 02142-000
17	SME DRE MP - Diretoria Regional de Educação São Miguel Paulista	Rua Décio Angelo Chiuviti, 780 - Vila Americana - São Paulo - CEP: 08020-360
18	SME DRE PE - Diretoria Regional de Educação Penha	Avenida Bernardino Brito Fonseca de Carvalho, 1870 - Vila Talarico - São Paulo - CEP: 03535-000
19	SME DRE PJ - Diretoria Regional de Educação Pirituba/Jaraguá	Rua Jose de Moraes, 141 - Pq São Domingos - São Paulo - CEP 05121- 060
20	SME DRE SA - Diretoria Regional de Educação Santo Amaro	Rua Dr. Lino de Moraes Leme, nº 1082/1084/1088/1090 Vila Paulista CEP 04360-000
21	SME DRE SM - Diretoria Regional de Educação São Mateus	Avenida Ragueb Chohfi, 1.550, - Bairro Jardim Tres Marias - São Paulo/SP - CEP 08375-000
22	SMPED - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	Vale do Anhangabaú, 350, 32º Andar - Centro - São Paulo/SP - CEP: 01007-040
23	SMS - Secretaria Municipal de Saúde (SMS + EMS' + SAMU)	Avenida Otaviano Alves de Lima, 4.000, Bairro Nossa Senhora do Ó - São Paulo/SP - CEP 02901-000
24	SMS COVISA - Coordenação de Vigilância em Saúde	Avenida Otaviano Alves de Lima, 4.000, Bairro Nossa Senhora do Ó - São Paulo/SP - CEP 02901-000
25	SMS CRS Centro - Coordenadoria Regional de Saúde Centro	Rua Líbero Badaró, 282, 6º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01008-000
26	SMS CRS Leste - Coordenadoria Regional de Saúde Leste	Avenida Pires do Rio, 191, São Miguel Paulista - São Paulo/SP - CEP 08020-000
27	SMS CRS Norte - Coordenadoria Regional de Saúde Norte	R. Paineira do Campo, 902 - Santana - São Paulo/SP - CEP 02012-040
28	SMS CRS Oeste - Coordenadoria Regional de Saúde Oeste	Av. Corifeu de Azevedo Marques, 3596 - Vila Lageado - São Paulo/SP - CEP: 05340-000
29	SMS CRS Sudeste - Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste	Av. Gabriela Mistral, 160, Fundos – Penha, São Paulo - SP - CEP 03701-000
30	SMSUB - Secretaria Municipal das Subprefeituras	Rua Libero Badaró, 504, 10º Andar, Sala 103B - Centro - SP - CEP 01008-906
31	SMT - Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes	Rua Boa Vista, 128 / 136, 4º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01014-000
32	SMTUR - Secretaria Municipal de Turismo	Rua Boa Vista, 280, 4º Andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01014-908
33	SP Parcerias - São Paulo Parcerias	Rua Líbero Badaró, 293, 25º andar - Conjunto 25C - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009-000
34	SP Trans - São Paulo Transporte	R. Santa Rita, 590 - Pari - São Paulo/SP - CEP: 03026-030

35	SP Turis - São Paulo Turismo	Rua Boa Vista, 280, 15º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01014-908
36	SP Urb - São Paulo Urbanismo	Rua Líbero Badaró, 504, 16º. Andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01008-906
37	SUB AD - Subprefeitura Cidade Ademar	Avenida Yervant Kissajikian, 416, - Bairro Vila Constância - São Paulo/SP - CEP 04657-000
38	SUB BT - Subprefeitura Butantã	Rua Telmo Coelho Filho, 210 – Vila Albano – Butantã – São Paulo/SP - CEP 05543-020
39	SUB CL - Subprefeitura Campo Limpo	Rua João Bernardo Vieira, 108 – Jardim Paris – Campo Limpo - CEP: 05794-310
40	SUB CT- Subprefeitura de Cidade Tiradentes	Rua Juá Mirim, s/n, Anexo Supermercados Negreiros (fundos) - Bairro Jardim Pedra Branca - São Paulo/SP - CEP 08490-800
41	SUB CV - Subprefeitura Casa Verde	Avenida Eng. Caetano Álvares, 3199 - Limão - São Paulo - SP - CEP 02540-003
42	SUB FB - Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	Rua Dr. Artur Fajardo, 300 - Chacara Nossa Sra. Aparecida - São Paulo - SP - CEP 02963-000
43	SUB G - Subprefeitura Guaianases	Rua Luiz Mateus, 1.505 - Jardim São Pedro - Guaianases - São Paulo - SP - CEP: 08420-750
44	SUB IP - Subprefeitura Ipiranga	Rua Eugênio Falk, 657 - Jardim Previdência - São Paulo/SP - CEP 04292-110
45	SUB IQ - Subprefeitura Itaquera	Rua Augusto Carlos Bauman, 851, - Bairro Itaquera - São Paulo/SP - CEP 08215-263
46	SUB IT - Subprefeitura Itaim Paulista	Avenida Marechal Tito, 3012, Jardim Silva Teles - Bairro Itaim Paulista - São Paulo/SP - CEP 08160-495
47	SUB MB - Subprefeitura M'Boi Mirim	Avenida Guarapiranga, 1695, - Bairro Parque Alves de Lima - São Paulo/SP - CEP 04902-015
48	SUB MO - Subprefeitura da Mooca	Praça Barão de Tietê, 118 - Belenzinho - São Paulo - SP - CEP: 03163-050
49	SUB PA - Subprefeitura Parelheiros	Estrada Ecoturística de Parelheiros, 5252, - Bairro Jardim dos Álamos - São Paulo/SP - CEP 04883-025
50	SUB PE - Subprefeitura Penha	Rua Candapuí, 492, - Bairro Vila Marieta - São Paulo/SP - CEP 03621-000
51	SUB PI - Subprefeitura Pinheiros	Avenida Prof. Frederico Hermann Junior, 595 - Pinheiros- São Paulo/SP - CEP 05459-010
52	SUB PJ - Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	Rua Laudelino Vieira de Campos, 533, - Bairro Jd. Felicidade - São Paulo/SP - CEP 05143-020
53	SUB PR - Subprefeitura Perus	Rua Cleonice Kammer D'Sandro, 1.300 - Bairro Sitio Areião - CEP 05224-000
54	SUB SA - Subprefeitura Santo Amaro	Praça Floriano Peixoto, 54, - Bairro Santo Amaro - São Paulo/SP - CEP 04751-030
55	SUB SB - Subprefeitura Sapopemba	Av. Sapopemba, 9064 - Jardim Adutora - São Paulo/SP - CEP: 03988-000
56	SUB VM - Subprefeitura Vila Mariana	Rua José Magalhães, 500, - Bairro Vila Clementino - São Paulo/SP - CEP: 04026-090
57	SUB VP - Subprefeitura Vila Prudente	Avenida Alberto Ramos, 103 - Vila Independencia - São Paulo/SP - CEP: 03222-000
58	SVMA - Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente	Rua Apeninos, 680 - Liberdade - São Paulo/SP - CEP: 01533-000